

Prefácio

Thomas Kesselring

ao livro de Severino E. Ngoenha: *Terceira Questão. Que leitura se pode fazer das recentes Eleições Presidenciais e Legislativas?* Maputo: Editora UTM [Universidade Técnica de Moçambique], 2015, p. 13-22

A democracia é uma forma de governo não muito boa, mas é a menos ruim que conhecemos. - Quais são as suas características? No Moçambique a política é democrática? As sociedades Africanas são, ou não, apropriadas para um governo democrático? Questões como estas são discutidos neste livro. O que levou o filósofo Severino Ngoenha a escrevê-lo, era a profunda preocupação com os eventos políticos em 2013 e 2014, antes das eleições presidenciais: Faltou pouco para Moçambique escorregar numa nova guerra civil.

Esta obra, então, fala do Moçambique actual. Mas o autor também apresenta um estudo sobre as condições que garantem a convivência pacífica entre diferentes grupos sociais, políticos, étnicos etc. Ele enriquece seus argumentos com uma grande variedade de amostras que ilustram o funcionamento e o não-funcionamento da política em outros países, no passado histórico como no presente. Esta investigação é iluminadora também para membros de qualquer sociedade do mundo.

A democracia moçambicana é o denominador comum de todas as partes do livro. Mas o que é uma democracia? Há duas características que a definem. Primeiro, a democracia é uma forma de governo, no qual o povo participa, de uma maneira ou outra, nas decisões políticas. Esta participação se concretiza em eleições e, mais raramente, em votos sobre assuntos de particular importância. Uma democracia, portanto, se baseia num esquema de representação: Os cidadãos elegem como políticos (presidente, parlamentares, ediles...) aqueles candidatos, dos quais esperam que representem melhor os interesses do povo. O segundo aspecto da democracia é o *princípio da igualdade* diante da lei: A constituição é vinculativa para cada pessoa, seja ela mendigo, médico, empresário ou presidente, e todas as pessoas gozam dos mesmos direitos básicos (Direitos Humanos). Formalmente, o Moçambique é uma democracia, mas uma democracia com muitos defeitos. Eis alguns deles, nas palavras do autor:

“(A) nossa democracia é de poucos, e esses poucos são os com mais posse. No fundo, estaríamos mais perto de uma oligarquia do que de uma democracia” (33). - “Temos o mau hábito de (...) reduzir a democracia à competição entre os partidos para a tomada de poder” (98). - “A democracia, em suma, não pode ser um jogo de elites em detrimento do povo.” (95s.) - “A democracia militarizada institucionalizou o anormal: violência, fraudes, engano, mentira, a falsidade; introduziu o medo, o

que pode levar até a conflitos étnicos e regionais” (96). - “No quadro do nosso sistema não temos nenhum controle sobre o que faz em termos de políticas públicas, não há nenhuma discussão sobre o vasto mundo da ação governativa e do uso dos recursos públicos. (...) Não sabemos o que se faz com o nosso dinheiro, com os nossos recursos. (...) Como é que se definem as prioridades num país em que milhões de crianças não têm pão? ” (100). - “Os custos do funcionamento da nossa democracia são excessivos para um povo cuja maioria vive na miséria” (81).

Analisando os múltiplos defeitos da democracia moçambicana, Severino Ngoenha chama particular atenção para três aspectos sintomáticos:

Primeiro, o Moçambique se apresenta como uma “democracia *pós-política*, quer dizer [uma democracia] sem ideias” (34). A falta de ideias se manifesta de modo mais gritante em períodos de eleições. O autor relata como, na última campanha eleitoral, ele se habituava a ler, dia por dia, os jornais e a assistir os mídias, sempre na procura de idéias políticas. Mas não encontrou alguma! Mais do que isso: A política tem se afastado do povo. Ele apresenta-se aos espectadores como luta, às vezes violenta, entre os partidos opostos, longe das preocupações da população, como o combate à miséria, a garantia de segurança, o atendimento médico, um ensino básico com qualidade etc. Nas campanhas eleitorais, estas preocupações se reduzem a meros *slogans*. Sem planos coerentes quanto à sua concretização, elas nem podem ser interpretadas como promessas políticas.

Segundo, ao lado dos órgãos políticos formou-se um grupo de “*cyber-intelectuais*” que se submetem à lógica dos mídias, vendendo o uso do seu intelecto aos que mais pagam, seja em dinheiro ou seja em quotas de atendimento mediático. O “*cyber-intelectual*” gosta de ser escutado, e por isso não se nega a brilhar em *Talkshows*. É difícil encontrar, na política moçambicana, discursos verdadeiros, debates engajados e trocas constructivas de idéias. Faltam pensadores que acompanham, comentam e criticam a vida política, como Sartre o fazia na França da década de sessenta ou Habermas o pratica ainda hoje, na Alemanha.

Terceiro, a cultura democrática é sufocada pela “*aparatoocracia*”: Os partidos transformaram-se em máquinas de poder que aspiram, antes de tudo, a sua autosustentação e a acumulação de mais poder. Não é de admirar que os programas dos partidos políticos são intercambiáveis, o que provoca o autor a perguntar, se os partidos políticos não são supérfluos, afinal das contas? Se não o são, para que, então, servem? Inicialmente, a função de um partido era juntar os cidadãos dispostos a engajarem-se para promover certos objetivos sociais ou políticos que lhes parecem prioritários. Hoje, os partidos se limitam a atrair, com “espectáculos” mediáticos, a atenção e o aplauso do público. Difamar o(s) partido(s) concorrente(s) faz parte do jogo. O que conta, é o poder do “aparato”. Isso significa que o poder de um partido não se manifesta primariamente no número de membros e

aderentes, nem mesmo na sua presença mediática, mas sim, no capital que consegue mobilizar, e no arsenal bélico que consegue juntar. O *partido armado* é uma criação moçambicana. Contudo, ataques violentos, e até contra pessoas inocentes, como ocorreram em 2013 e 2014, marcam o estilo de caudilhos e se opõem radicalmente aos princípios democráticos.

* * *

Será que os fenômenos analisados por Ngoenha são específicos para o Moçambique? Ou pode-se observar fenômenos parecidos também em outros países, particularmente na África subsaariana? Ou são eles o reflexo de circunstâncias ainda mais abrangentes, que não se limitam ao continente africano? Quem tenta interpretar estes fenômenos na luz de outros eventos que marcam o “mundo globalizado”, vai detectar diversos tipos de factores - factores nacionais (moçambicanos), factores regionais (africanos) como também factores ligados à ordem econômica e política global - que todos contribuem na gênese dos fenômenos descritos por Severino Ngoenha.

Apesar de ser um país jovem, o Moçambique tem a sua própria história, forjada por vários eventos “locais”, inconfundíveis, como a luta pela independência, a criação de estruturas de Estado numa época que foi marcada pela rivalidade tensa entre dois partidos etc. Mesmo que o autor põe o acento nos eventos “domésticos”, ele de vez em quando chama a atenção para eventos que fogem este quadro.

Pois, vale a pena insistir no fato de que o Moçambique não é o único país com estruturas formalmente democráticas que não funcionam como deveriam. Em muitos países da África subsaariana, a democracia não funciona. Como se pode explicar isso? Não raras vezes ouve-se dizer que a ordem democrática é alheia às tradições africanas. A isso Ngoenha responde, com toda razão, que a democracia é alheia a todas as culturas, sendo que não é intrínseca a nenhuma delas em particular. Na cidade antiga de Atenas a democracia também fracassou, para depois desaparecer da história ocidental por dois mil anos. Mas isso não impede que a ordem democrática pode, em princípio, dar certo em qualquer sociedade do mundo.

Além dos factores ligados à história e às culturas “domésticas”, talvez haja outros factores, de ordem mais geral, que atrapalham o funcionamento de uma organização democrática? Segundo o economista inglês, Paul Collier,¹ os países mais pobres (“last developed countries”, LDCs), muitos dos quais se encontram na África subsaariana, enfrentam problemas sérios que dificultam o estabelecimento de uma democracia. As causas disso são complexas. Nos países em questão o nível

¹ Paul Collier: *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What can be Done about It*. New York: Oxford Univ. Press, 2008. Paul Collier: *Wars, Guns, and Votes: Democracy in Dangerous Places*. New York: Harper Collins Publishers, 2009.

da formação do povo é baixo, mas isso não é o ponto central: As pessoas sabem bem, o que querem - boa saúde, boa educação básica, um trabalho decente que permite uma vida com qualidade razoável. Mas a política, em vez de fornecer programas sociais em favor do povo, serve como trampolim pelo qual os candidatos para a política se jogam numa posição social alta, bem acima do nível da pobreza. Muitos políticos se comportam como caçadores e coletores, tentando apropriar-se de recursos naturais (petrólio, gaz, minerais, carvão, ouro etc.) ou do direito de comercializá-los. O mesmo ocorre com os recursos financeiros, muitos dos quais provêm do exterior, como empréstimos ou doações para “ajudar ao desenvolvimento”. Mas estes recursos todos pertencem a todos os cidadãos e cidadãs e não são a propriedade privada de ninguém. A ganancia é um mal generalizado. Mas o problema básico, neste grupo de países, é a “maldição” dos recursos, tanto financeiros quanto naturais, pela conquista dos quais se deve ter a posição política certa, sem esforço maior ou trabalho adicional.

Como consequência desta maldição, as eleições não servem para submeter projetos políticos concorrentes a uma avaliação pelo povo, mas sim, para legitimar aqueles que já governam, mesmo se chegaram ao poder, como acontece freqüentemente, mediante um golpe. Assim, as eleições tornam-se um ritual para fortalecer o poder. Compras de votos e fraudes na contagem são frequentes. Um político honesto que apresentasse projetos sociais sérios e bem elaborados, correria o risco de perder contra políticos que conseguem mobilizar mais verbas. Segundo Collier, num país de baixa renda econômica o risco de que se estabeleçam sistemas de patrocínio aumenta justamente na proporção na qual o país em questão é rico em recursos naturais. O capital barato que entra de fora agrava o problema.

Passando para os factores de dimensão global, com impacto nos processos políticos do Moçambique, não se deve esquecer das múltiplas ingerências pelo exterior, como os ditames do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, mas também daquelas nações e organizações não governamentais que estão envolvidas na cooperação para o desenvolvimento. Muitos donadores impõem aos seus parceiros indigentes as regras do jogo - regras às vezes até incompatíveis umas com as outras, sendo que o mercado da “ajuda para o desenvolvimento” atrai muitos atores internacionais.

Outro factor, também no nível internacional, que influe na política dos países subsaarianos, é a decadência das próprias democracias ocidentais. O politólogo inglês Colin Crouch, analista brilhante das políticas contemporâneas, chama a época actual não de “*pós-política*”, como Severino Ngoenha, mas de “*pós-democracia*”.² Com este termo ele se refere ao facto de que, em boa parte do mundo

² Colin Crouch: Post Democracy. Oxford: Polity Press, 2004.

ocidental, as instituições democráticas já não funcionam mais corretamente, apesar de continuarem a existir. A democracia é uma planta sensível cujo cultivo necessita de muito cuidado, e cada geração deve preocupar-se com as condições adequadas para manter a planta viva.

O fenômeno da “pós-democracia” se manifesta, antes de tudo, num desequilíbrio entre as ideias-chaves da democracia, *igualdade* e *liberdade*. Para o *liberalismo político* (cujo representante mais importante era o filósofo americano John Rawls, 1921-2002), a *liberdade* e a *igualdade* são entrelaçadas e se sustentam mutuamente. Pois a *liberdade* exprime-se nos direitos básicos (Direitos Humanos) que são *iguais para todos*. Nas sociedades capitalistas, contudo, a *liberdade* se estende na esfera das actividades económicas. No *liberalismo económico* (cujo fundador era o economista austríaco Friedrich August von Hayek, 1899-1992), os direitos económicos têm, pelo menos, o mesmo peso como os direitos pessoais, políticos e sociais. Mas a liberdade económica é fonte de desigualdades sociais. Na medida em que a política se torna escrava da economia, *liberdade* e *igualdade* entram em contradição uma com a outra. O rico tem mais liberdade económica e, com isso, mais poder de que o pobre. Hoje, o abismo entre ricos e pobres aprofunda-se constantemente. Nas últimas décadas, o número de milionários e bilionários cresceu continuamente - também nos países pobres, e até no Moçambique.

Segundo Crouch, a submissão da política à economia é a causa principal da crise nas democracias ocidentais. Esta submissão se manifesta numa série de sintomas: **Primeiro**, as empresas multinacionais operam em vários países, o que lhes dá o poder de extorquir os governos, anunciando que, se as leis não estiverem favoráveis aos seus negócios, não investem mais no país em questão e saem. **Segundo**, quando os mídias - jornais, rádio, televisão - se concentram nas mãos de pouquíssimos empresários, eles se tornam instrumentos para a manipulação da opinião pública. Quem domina os mídias pode impor os seus interesses na política. Na Itália, um dos donos mais poderosos dos mídias privados, Silvio Berlusconi, conquistou o cargo de primeiro ministro, e como tal prejudicou seriamente o seu país. **Terceiro**, as instituições estatais têm a reputação de serem fracas, incompetentes e ineficientes, enquanto que, ao contrário, o sector privado é considerado um reduto de eficácia, espírito inovador e habilidade exquisita. Por isso os representantes das instituições políticas são chamados de frequentar as “aulas” que os empresários lhes dão, para transformar, de modo eficiente, as instituições políticas em companhias privadas. É essa a doutrina do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco mundial e da Organização do Comércio Mundial (World Trade Organization). Na tendência, o próprio Estado se transforma numa super empresa. No entanto, essa transformação leva a uma distorsão: Um Estado não é criado para render. Se ele cumpre seu papel e fornece aos seus cidadãos bem-estar, segurança, saúde, uma boa formação, e justiça, ele não é lucrativo. Por isso os cidadãos participam na sua sustentação, pagando impostos.

Se Montesquieu (1689-1755) vivesse hoje, ele provavelmente proporia, além da separação dos poderes legislativos, executivos e jurídicos, também a separação entre os poderes políticos, econômicos e dos mídias.

Como o Moçambique pode enfrentar os desafios actuais? O que para isso a filosofia pode contribuir? São três as coisas que ela oferece: Ela ensina e encoraja o discurso argumentativo e a “ação comunicativa” (Habermas): Se, numa conversa, todos os participantes se colocam na pele do outro, se consegue resolver conflitos de maneira pacífica. Além disso, a filosofia nos ajuda a elaborar um diagnóstico da situação vigente de um Estado, como Severino Ngoenha o apresenta nesta obra. É verdade que, segundo Marx, a filosofia apenas interpretava o mundo, enquanto que é preciso transformá-lo. Mas nisso também a filosofia pode contribuir, como filosofia prática, mostrando que “um outro mundo é possível”.³ A filosofia, então, pode desempenhar um papel fundamental neste processo. Por isso o autor deste livro escolheu como pano de orientação, em várias obras suas, as perguntas referentes à política moçambicana que, há muitos anos, ama *associação filosófica do Moçambique* lhe tinha colocado. Mas a filosofia é apenas uma disciplina entre outras, como a pedagogia, sociologia, politologia, antropologia cultural, psicologia etc. Todas estas disciplinas podem e devem contribuir para a procura de um futuro melhor. Nesta procura, em última análise, toda a população pode participar. Mas graças ao privilégio de ter passado uma formação melhor e mais profunda, os intelectuais têm uma responsabilidade particular. Em Dezembro 2013, na auge da crise política mais recente, reuniram-se em Maputo, de modo informal, cinqüenta intelectuais – artistas, professores, jornalistas etc. - para debater sobre possíveis saídas do impasse político. Este grupo de intelectuais deveria continuar a se reunir e a debater as questões mais urgentes do país. É da sociedade civil que o debate genuinamente democrático vai nascer.

³ „Um outro mundo é possível“ é o lema dos *Foruns Sociais Mundiais* que ocorreram em países pobres como eco crítico dos anuais *Foruns Económicos Mundiais*.